

# **JCA-5 - Patrimônio e Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais em  
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# JCA-5 - Patrimônio e Participações S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### ATIVO

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
<b>CIRCULANTES</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	881	708
Impostos a recuperar	5	1.202	876
Contas a receber com partes relacionadas	6	17.784	16.436
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>19.867</b>	<b>18.020</b>
<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Estoques	7	15.428	15.428
<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>15.428</b>	<b>15.428</b>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<b>35.295</b>	<b>33.448</b>

## JCA-5 - Patrimônio e Participações S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
<b>CIRCULANTES</b>			
Obrigações fiscais		5	6
Imposto de renda e contribuição social		3	4
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>8</b>	<b>10</b>
<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Outras contas a pagar	8	29.367	29.367
<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>29.367</b>	<b>29.367</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	10	925	925
Reserva de lucros		185	185
Lucros / (Prejuízos) acumulados		4.810	2.961
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>5.920</b>	<b>4.071</b>
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>35.295</b>	<b>33.448</b>

## **JCA-5 - Patrimônio e Participações S.A.**

### **Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas administrativas e gerais	11	(1.859)	(399)
<b>PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>(1.859)</b>	<b>(399)</b>
Resultado financeiro líquido	12	4.098	2.325
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>2.239</b>	<b>1.926</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	13	(390)	(57)
<b>LUCRO DO EXERCÍCIO</b>		<b>1.849</b>	<b>1.869</b>

## JCA-5 - Patrimônio e Participações S.A.

### Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo do exercício	1.849	1.869
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b><u>1.849</u></b>	<b><u>1.869</u></b>

## JCA-5 - Patrimônio e Participações S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	<b>925</b>	<b>64</b>	<b>1.213</b>	<b>2.202</b>
Lucro do exercício	-	-	1.869	1.869
Reserva legal	-	121	(121)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024</b>	<b>925</b>	<b>185</b>	<b>2.961</b>	<b>4.071</b>
Lucro do exercício	-	-	1.849	1.849
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025</b>	<b>925</b>	<b>185</b>	<b>4.810</b>	<b>5.920</b>

# JCA-5 - Patrimônio e Participações S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Prejuízo do exercício</b>	2.239	1.926
<b>Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido</b>		
Reclassificação de investimento para estoques		
Reclassificação de investimento para estoques		
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais:</b>		
Impostos a recuperar	(327)	419
Outros créditos	(1.348)	(1.632)
<b>(Redução) aumento nos passivos operacionais:</b>		
Obrigações tributárias	(1)	(1)
Imposto de renda e contribuição social	(1)	3
<b>Caixa aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>562</b>	<b>715</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(389)	(57)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>173</b>	<b>658</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Redução de capital	-	-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>173</b>	<b>658</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	708	50
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	881	708
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>173</b>	<b>658</b>

## **1. Contexto operacional**

A JCA-5 - Patrimônio e Participações S.A (“JCA-5” ou “Companhia”), foi constituída em 07 de julho de 2006, está domiciliada em Rio de Janeiro, tendo seu escritório localizado na Rua Victor Civita, 77, Bloco 1, Sala 602, Barra da Tijuca.

Para atender os propósitos societários, a Companhia tem por objeto social a prática das seguintes atividades: a) Participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, independente da sua atividade, b) Administração de bens próprios; c) Compra e venda de imóveis próprios; e d) Incorporação imobiliária. O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

A Autonomy Investimentos Ltda., no exercício de 2006, adquiriu um terreno localizado na região da Barra da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro o qual será destinado para a construção de um complexo multiuso de aproximadamente 201.430 m2.

No exercício de 2007 este terreno foi objeto de integralização na controlada JCA-5 Patrimônio e Participações S.A., entidade responsável por desenvolver o empreendimento.

Em dezembro de 2010 a Companhia firmou um contrato no qual parte do terreno foi objeto de promessa de permuta mediante a entrega de uma área construída privativa mínima de 30% da área total privativa do empreendimento a ser realizado por uma empresa de incorporação imobiliária.

Em 2011 e 2012 foram efetuadas novas propostas para o empreendimento e as matrículas foram desmembradas e remembradas novamente com metragens diferentes.

Uma permuta foi realizada em abril de 2013 com a matrícula 1 onde um empreendimento de lajes corporativas está sendo desenvolvido em 30% do terreno desta matrícula e em troca o parceiro está parado devido à problemas financeiros do parceiro de negócios e existe um processo em andamento contra a seguradora para que a JCA-5 receba o valor do seguro para continuar a obra.

Em agosto de 2018 a Companhia recebeu R\$ 29.368 referente a parte não reclamada do processo de seguro de obra.

Em dezembro de 2021, por meio de sucessão quotas, a JCA-5, transferiu para a Empresa Encke Empreendimentos Imobiliários Ltda., através de uma cisão parcial, o projeto CERJ localizado no Rio de Janeiro. Os valores cindidos correspondem aos 3 lotes de terrenos do “CERJ”, denominação atribuída aos Lotes 2, 3 e 4 do PAL 48002, todos situados na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, freguesia de Jacarepaguá na Capital do Estado do Rio de Janeiro.

## 2. Base de preparação das demonstrações financeiras

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando mencionado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são mensuradas usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas tendo como moeda funcional e de apresentação o real (R\$).

### 2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") requer que a Administração da Sociedade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas. As principais estimativas contábeis referem-se à vida útil dos bens do ativo imobilizado, das propriedades para investimento e dos itens do intangível e à constituição da provisão para riscos legais. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. A Sociedade revisa suas estimativas e premissas anualmente.

## 3. Principais práticas contábeis

A Sociedade observa o princípio contábil da competência para o registro de suas transações, combinado ainda com os seguintes aspectos:

### a) Caixa e equivalentes de caixa

Representados por contas bancárias disponíveis. Os equivalentes de caixa são investimentos com vencimento inferior a três meses a contar da data de contratação, constituídos de títulos de alta liquidez conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor. Os saldos estão demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício. Estão representadas nas Notas Explicativas nº 4.

### b) Aplicação financeira

As aplicações financeiras registradas no ativo circulante são instrumentos financeiros avaliados ao valor justo pelo resultado.

### c) Estoques

Representadas por terrenos e edifícios mantidos para venda futura no curso normal das suas atividades, as propriedades foram registradas ao valor de custo; porém, conforme determinado pela IAS 2, foi realizada para fins de divulgação a avaliação ao valor justo por

meio de avaliação efetuada por uma entidade especializada independente.

**d) Receita**

As receitas, os custos e as despesas são reconhecidos de acordo com o regime de competência. A receita de aluguéis é reconhecida de forma linear com base no prazo dos contratos de acordo com o pronunciamento contábil nº 6 e normas internacionais de relatório financeiro 16 (“IFRS 16”) - Arrendamentos, levando em consideração o reajuste contratual. Outras receitas relacionadas aos contratos de aluguéis têm o mesmo tratamento contábil.

**e) Redução ao valor recuperável (“Impairment”)**

As propriedades para investimento, os bens do imobilizado e do intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, nesse caso definido pelo valor em uso do ativo, utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado, essa perda é reconhecida no resultado do exercício. Para o exercício findo em dezembro de 2025 não identificamos indícios de provisão para redução ao valor recuperável para as propriedades para investimento.

**f) Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

- **Ativos financeiros**

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

- **Classificação de ativos financeiros**

A Sociedade deve classificar ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao (1) custo amortizado, ao (2) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao (3) valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

- **Custo amortizado**

O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

(a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e

(b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas

especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas:

(a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

(b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- Valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, a entidade pode efetuar uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial para investimentos específicos em instrumento patrimonial, que de outro modo seriam mensurados ao valor justo por meio do resultado, de apresentar alterações subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes.

- **Passivos financeiros**

A Sociedade deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado, exceto por:

(a) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo;

(b) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável;

(c) contratos de garantia financeira;

(d) compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado;

(e) a contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios à qual se aplica o CPC 15. Essa contraprestação contingente deve ser mensurada subsequentemente ao valor justo com as alterações reconhecidas no resultado.

Reconhecidos na data de negociação e inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

**g) Imposto de renda e contribuição social**

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

O regime de tributação adotado foi com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

No caso da Sociedade, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos

diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias nas datas de encerramento dos exercícios entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

**h) Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos**

Ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o Ajuste a Valor Presente (AVP) é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

**3.1. Normas contábeis novas e alteradas em vigor no exercício corrente**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não adotadas até 31 de dezembro de 2025, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

<p><b>1º de janeiro de 2027</b></p>	<p><b>IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras</b></p> <p>O IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (<i>CPC 26 (R1)</i>) e introduz novos requisitos de apresentação e divulgação, incluindo subtotais obrigatórios na demonstração do resultado, a classificação de receitas e despesas nas categorias operacional, investimento, financiamento, imposto de renda e operações descontinuadas, bem como divulgações adicionais sobre medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) e critérios de agregação e desagregação das informações. A norma também contempla alterações ao IAS 7 (<i>CPC 03 (R2)</i>), que modificam o ponto de partida do método indireto para “lucro ou prejuízo operacional” e eliminam a opcionalidade na classificação dos fluxos de caixa de juros e dividendos. A empresa está avaliando os impactos da adoção da norma, os quais deverão incluir, entre outros, reclassificações na demonstração do resultado, alterações na apresentação da demonstração dos fluxos de caixa e a inclusão de novas divulgações nas demonstrações financeiras. No Brasil, o IFRS 18 será incorporado por meio do CPC 51, atualmente em discussão pelo CPC, não sendo esperadas alterações substanciais na legislação societária vigente.</p>
-------------------------------------	--

A Administração entende que essas normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

A tabela a seguir, compreende os valores referem-se a disponibilidades mantidas pela Sociedade, que serão utilizadas para liquidar os compromissos de curto prazo.

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Banco conta movimento	4	3
Aplicação financeira	877	705
<b>Total</b>	<b>881</b>	<b>708</b>

Os valores de bancos e aplicações financeiras referem-se à disponibilidades mantidas pela Companhia que serão utilizadas para liquidar os compromissos de curto, motivo pelo qual a Companhia classifica como caixa e equivalentes de caixa. A aplicação financeira da Companhia é de liquidação imediata no Highgrade, que apresentou uma rentabilidade bruta de 14,52% em 2024 (11,72% em 2024).

#### 5. Imposto a recuperar

Os saldos dos impostos a recuperar estão apresentados na tabela abaixo:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
IRPJ e CSLL anos anteriores	81	62
IRRF sobre aplicação financeira	1.121	814
<b>Total</b>	<b>1.202</b>	<b>876</b>

#### 6. Contas a receber com partes relacionadas

A Companhia mantém transações com partes relacionadas, as quais foram efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros ou pelo mercado, vigentes nas datas das operações.

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Encke Empreendimentos Imobiliários Ltda	9.364	8.368
Ponswinnecke Empreendimentos e Participações S.A.	8.420	8.068
<b>Total</b>	<b>17.784</b>	<b>16.436</b>

#### 7. Estoques

Por haver intenção de venda por parte da Administração, a Sociedade mantém seus ativos como estoques. Os estoques em 31 de dezembro 2025 e 2024 estão sendo demonstrados abaixo:

	<b>31/12/2024</b>	<b>(+) Aquisição</b>	<b>(-) Baixa</b>	<b>31/12/2025</b>
Unidades imobiliárias em construção	15.428		-	15.428
<b>Total</b>	<b>15.428</b>		<b>-</b>	<b>15.428</b>

## 8. Outras contas a pagar

Em agosto de 2018 a Companhia recebeu R\$ 29.367 referente a parte não reclamada do seguro de obra. O saldo é mantido no passivo até sua realização que se dará quando a Companhia realizar benfeitorias no imóvel

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Garantias contratuais	29.367	29.367
<b>Total</b>	<b>29.367</b>	<b>29.367</b>

## 9. Provisão de riscos judiciais

A Companhia em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não tem conhecimento de ser parte em algum processo de natureza tributária, cível, ambiental e trabalhista nem em outros processos administrativos.

## 10. Patrimônio líquido

### 10.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 925 divididos em 4.000.859 (quatro milhões oitocentos e cinquenta e nove mil) ações ordinárias nominativas

### 10.2. Destinação dos lucros

O lucro líquido do exercício, após compensação de prejuízos acumulados, terá a seguinte destinação, conforme determina a lei 6.404/76 e/ou estatuto social:

- (i) 5% para reserva legal, até atingir o montante de 20% do capital social;
- (ii) Dividendos mínimos obrigatórios de 1% sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente;
- (iii) O saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, após atendidas as disposições legais, poderá ser retido ou distribuído, de acordo com a decisão dos acionistas e/ou a lei 6.404/76.
- (iv) Em dezembro de 2025 a Companhia está apresentando lucros acumulados de R\$ 4.810 líquido da reserva legal (Em dezembro de 2024 apresenta lucro acumulado de R\$ R\$ 2.961).

## 11. Despesas administrativas e gerais

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Prestação de serviços PJ	(534)	(394)
Outras despesas	(1.325)	(5)
<b>Total</b>	<b>(1.859)</b>	<b>(399)</b>

## 12. Resultado financeiro líquido

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receita financeira</b>	<b>4.102</b>	<b>2.326</b>
Rendimento de aplicações financeiras	67	14
Juros sobre empréstimos pessoa jurídica	4.035	2.312
Outras	-	-
<b>Despesa financeira</b>	<b>(4)</b>	<b>(1)</b>
Multas pagas ou incorridas	-	-
Outras	(4)	(1)
<b>Total</b>	<b>4.098</b>	<b>2.325</b>

## 13. Imposto de renda e contribuição social

Os saldos do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, estão apresentados na tabela abaixo:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ corrente	(282)	(36)
CSLL corrente	(108)	(21)
<b>Total</b>	<b>(390)</b>	<b>(57)</b>

## 14. Eventos subsequentes

A Administração julga não haver eventos subsequentes relevantes para divulgação em nota explicativa.

\*\*\*

Roberto Miranda de Lima  
Diretor Presidente

Juliana Leda Crespo  
Contadora CRC 1SP336271/O-3